

## NOTAS SOBRE TRABALHO E TEMPO LIVRE: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS DE LAZER

Luciano Galvão Damasceno

### RESUMO

Esta comunicação objetiva apontar elementos da relação trabalho-tempo livre, que são fundamentais para o debate acerca das políticas sociais de lazer. No caso do trabalho em dois sentidos: primeiro, do ponto de vista do capital, a reestruturação produtiva, toda precarização e desregulamentação e o desemprego. Segundo, entendido como dado ontológico da mediação do homem com a natureza, visando o carecimento humano e possibilitando o surgimento de outras expressões humanas com a criação de tempo livre. Tais entendimentos levam a uma noção de política social que não dissocie economia e política e que tenda para a democratização.

Palavras-chaves: trabalho, tempo livre e políticas de lazer

### ABSTRACT

This objective communication to point to elements of the relation work - free time, which they are basic for the discussion about the social politics of leisure. In case of the work in two senses: first, from the point of view of the capital, the productive restructuring, every casualization and the unemployment. Second, understood like fact ontologic of the mediation of the man with the nature, aiming at the human necessity and making possible the appearance of other human expressions with the creation of free time. So, the notion of social politics does not separate economy and politics and tends towards the democratization.

Words-keys: I work, free time and leisure politics

### RESUMEN

Esta comunicación tiene por objeto señalar los elementos de trabajo-tiempo libre, que son fundamentales para el debate sobre las políticas sociales de ocio. En el caso de los trabajos en dos sentidos: en primer lugar, en términos de capital, la reestructuración productiva, la desregulación y la inseguridad y el desempleo. En segundo lugar, dado ontológico entendido como la mediación del hombre con la naturaleza, a la necesidad humana y permitir el surgimiento de otras expresiones humanas con la creación de tiempo libre. Tales acuerdos llevan a una concepción de política social que la disociación económica y política, que tiende a la democratización.

Palabras clave: El trabajo, el ocio y la políticas para el ocio

### INTRODUÇÃO

É objeto deste texto apresentar algumas notas sobre a necessidade de pensarmos as políticas de lazer levando em conta a contradição capital-trabalho, pois é dela que o lazer emerge. Assim, nos dias de hoje temos acompanhado mudanças radicais no “mundo do trabalho” – reestruturação produtiva e desemprego – que afetam diretamente o lazer dos trabalhadores, e conseqüentemente, as políticas sociais. Estão postas também

em tal contradição as possibilidades emancipatórias do *tempo livre* que tem sido acumulado pela humanidade como *potencialidades* para todos. Ou seja, na lógica do capital o *tempo livre* se torna *trabalho supérfluo*, logo mais-valia, o que nos põe a tarefa de tornar as *potencialidades* do *tempo livre* conquistado pelo acúmulo das forças produtivas, em realidade efetiva. Assim, o lazer – uma das atividades do *tempo livre* – matéria de política social deve ir na contracorrente, deve possibilitar o desvelamento da apropriação privada do *tempo livre*, organizando práticas políticas mediadas pelo enriquecimento cultural e pela necessária democratização, que pressupõe a mediação entre economia e política, e que tenha no horizonte o conjunto de lutas pelo *tempo livre*.

## O TRABALHO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESEMPREGO ESTRUTURAL

Diante da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) nos encontramos num processo em que o capital sai da defensiva (conjuntura de 1967-1973)<sup>1</sup> e parte para uma ofensiva (cf. NETTO e BRAZ, 2006:214-221), em que o grande alvo é o trabalho - entendido enquanto relação ontológica da humanidade com a natureza, enquanto a classe dos produtores da riqueza social, dos lutadores pela democratização da política consignada na forma dos institutos cívicos, enfim, enquanto antagonista da opressão e exploração desumana que as personificações do capital, em conjunto e separadamente, perpetuam e insistem em naturalizar – visto que o imperativo da expansão e acumulação da taxa de lucro, a partir da primeira metade da década de setenta, entrou num processo decrescente. No início da década de oitenta as taxas de lucro decrescem mais ainda (cf. HUSSON apud NETTO e BRAZ, 2006:214), o que implica numa *onda longa recessiva*. Agora a tônica são as crises e as retomadas de crescimento se tornaram episódicas, todavia, a partir da ofensiva do capital, há um movimento de restauração das taxas de lucro, seguindo o que Mézáros (2002) diz ser a essência do sociometabolismo do capital, a saber, a acumulação e a expansão sem “limites”. Segundo Netto e Braz (2006:214) esse movimento de restauração do capital se constitui em três respostas: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal.

Essas respostas levam em conta toda uma ofensiva à organização dos trabalhadores – sindicatos e partidos – em relação as suas conquistas históricas que tiveram ponto alto no *Welfare State*, como também, toda uma mudança na organização da produção industrial – desde a cidade ao campo (vede a industrialização crescente da agricultura), em que a acumulação rígida fundada no taylorismo-fordismo passa a ser organizada de forma a atender nichos específicos de mercado obedecendo a características regionais, quebrando a standardização, mas mantendo a grande escala.

---

<sup>1</sup> Netto e Braz (2006:213) notam alguns dados do que Mandel chamou nesse período de esgotamento da *onda longa expansiva* do capital. “A taxa de lucro rapidamente começou a declinar: entre 1968 e 1973, ela cai, na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e, no Japão, de 26,2 para 20,3%. *Também o crescimento econômico se reduziu: nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior*”. (Os grifos são dos autores). Segundo os autores deve somar-se a isso dois detonadores da crise, o fim do ouro como lastro do dólar, e o choque do petróleo. Além disso e de forma subjacente, havia os vetores sóciopolíticos entre os quais a luta organizada dos trabalhadores (melhorias salariais e questionamento das bases de produção taylorista-fordista – França 1968 e Itália 1969) foi o mais importante, todavia não única, pois houve os movimentos de contracultura, estudantis e feministas que tiveram grande impacto.

Trataremos neste curto espaço<sup>2</sup> alguns aspectos relacionados à reestruturação produtiva, visto que nossa proposta é evidenciarmos o trabalho como antagonista do capital – e no que isso acarreta do ponto de vista prático-político. Muito embora, entendamos que o processo de financeirização, que implica a diminuição de investimento na produção, e o conseqüente, parasitismo sanguessuga, rebata no trabalho, como também, a ideologia neoliberal, que além de pregar toda sorte de informalização, desregulamentação, e precarização, ainda casa perfeitamente com as idéias da meritocracia e do “sindicalismo de empresa”, em que o trabalhador ao “crescer” leva a empresa consigo. É uma relação bem egoísta e individualista, aos moldes do “velho” liberalismo.

Feito este parêntese, vejamos, em síntese, o que é essencial à reestruturação produtiva:

“Essencial à reestruturação produtiva é *uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos*, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo. Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados à produção. O impacto desse desenvolvimento das forças produtivas é de tal ordem que alguns pesquisadores chegam ao ponto de mencionar uma ‘terceira revolução industrial’ ou, ainda, uma ‘revolução informacional’ – de fato, *a base produtiva vem se deslocando rapidamente dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos*” (NETTO e BRAZ, 2006:216) os grifo são dos autores<sup>3</sup>.

Do ponto de vista da força de trabalho, há toda uma busca por regiões em que não exista ou não haja tradição na organização sindical, e que a mão-de-obra custe muito menos do que nos países de capitalismo “avançado”, pois nestes se encontram as sedes monopolísticas que somente concebem sem nada produzirem (cf. DREIFUSS, 1996:54). É o zênite do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Resta aos trabalhadores a precarização, a desregulamentação das relações de trabalho, e o desemprego estrutural (MÉSZÁROS, 2002, 2004 e 2006).

Antunes (2006) diz que no caso brasileiro a reestruturação produtiva e junto as disposições ideológicas neoliberais, tem o seu chute inicial durante a década de oitenta, em que o padrão de acumulação desenvolvido no período da ditadura – fundado no setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional – entra no seu ocaso. Na década de noventa a reestruturação produtiva ganha intensidade em todos os

<sup>2</sup> Para as outras duas respostas, ver: Netto e Braz (2006:214-35).

<sup>3</sup> É importante ressaltar que, segundo os autores (2006:216-7) três são as implicações desse deslocamento: o trabalhador coletivo se amplia; exige-se uma qualificação constante dos trabalhadores, todavia, os qualificados passam a controlar, manipular, planejar, etc., enquanto cresce o contingente de desqualificados e de funções obsoletas (diminuição do trabalho vivo); e a gestão da força de trabalho torna-se “carismática”, fazendo com que o trabalhador vista a camisa da empresa, e que defenda – a partir do sindicalismo de empresa – os interesses do capital. Não temos mais trabalhadores, e sim, colaboradores, cooperadores e associados. A consciência de classe segue enfraquecendo!

quadrantes do “mundo do trabalho”. Segundo Antunes (2006), o processo de reestruturação produtiva do capital vai desde o setor automobilístico, passa pelo setor têxtil e de calçados e atinge o setor de serviços como o bancário, e até mesmo os cantores líricos. Esse processo tem se dado devido à implantação dos receituários da acumulação flexível e do ideário japonês, intensificando os sistemas de produção (*lean production, just-in-time e Kanban*), a qualidade total, as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, e a transferência de plantas e unidades produtivas, o que tem sido chamado de *liofilização organizacional*. Não obstante, o processo de reestruturação produtiva no Brasil é heterogêneo, e combina o fordismo com os novos processos, muito embora cada vez mais o modelo de acumulação rígida esteja desaparecendo. A mescla (cf. *Ibidem*:19) de baixa remuneração – que atrai o capital estrangeiro, e que pode ser um impeditivo de qualificação da força de trabalho – com a introdução de padrões técnico-científicos avançados, põe a necessidade de uma mão-de-obra qualificada, polivalente e multifuncional, todavia, intensifica o processo de exploração da força de trabalho, uma vez que o nível técnico-científico exigido é o dos países de capitalismo avançado, com salários de países em desenvolvimento, sem falar da desqualificação forçada de trabalhadores submetidos ao trabalho temporário e precário, sem um mínimo de direitos sociais assegurados. Tal processo se evidencia na medida em que observamos o estágio do desemprego crônico, fato que leva Mészáros (2006:31) à assertiva: “atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante”.

Isso se deve ao processo de expansão e integração do capital, que muitos chamam de “globalização”, e que exponenciam virtudes no lugar de problemas dramáticos, não perdoando nem mesmo os países de capitalismo avançado, e muitos menos, aqueles que adotaram o sistema soviético e aqueles em processo de desenvolvimento (em espera da “modernização”), de acordo com a lógica formal dos apologetas do capital.

O Brasil, neste sentido, tem sua mais grave crise de emprego, segundo Pochmann (2006:59), pois aplicou o receituário neoliberal de forma exemplar. Pochmann (2006:60) nota que o Brasil da década de noventa em diante, ocupa o quarto lugar no ranking do desemprego mundial, e que apesar de representar 3,1% da força de trabalho mundial, possuía 6,6% do desemprego mundial.<sup>4</sup>No caso do desassalariamento o autor (p.61) nota que tal fato é uma novidade no Brasil no século XX – e que é exceção nos períodos de crise econômica recessiva (1929-1932, 1980-1983 e 1990-1992) e de renovação tecnológica nas indústrias têxteis na década de cinquenta. Por exemplo: nas décadas de quarenta e setenta, a cada dez postos de trabalho gerados, oito eram empregos assalariados, dos quais sete era com carteira assinada. Porém, nos anos noventa, a relação cai, para cada dez postos gerados quatro eram com carteira assinada. É interessante que os trabalhadores assalariados sem registro continuaram aumentando, mas não deram conta para a equiparação, ou seja, a quantidade de postos de trabalho, mesmo precarizados, são inferiores aos formalizados do passado. Em 2003, a cada dois trabalhadores ocupados um era assalariado, o que na década de oitenta era de dois a cada três (p.61). A explicação para tal situação se encontra no aumento das ocupações precárias e de baixa produtividade. Segundo Pochmann (2006:61) nas últimas duas décadas do século XX, a maior parte das vagas de emprego são “... sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras”. O

---

<sup>4</sup> O autor mostra num gráfico que o Brasil em 1980 tinha um desemprego igual a 100. Em 2003, esse número passa a ser igual a 350. É uma singela ilustração da gravidade do problema.

autor (p.72-3) ainda nos alerta para a desigualdade no desemprego, na qual é notória que nas faixas (classes sociais) mais baixas de renda o desemprego é mais elevado que a média de todas as classes, porém que o desemprego cresce com maior velocidade para os indivíduos com rendimentos maiores, entre os anos de 1992 e 2002. Os postos de trabalho para os mais pobres tem se tornado raridade, mesmo com a elevação da escolaridade, enquanto os negros que se encontram num nível de alta renda, o desemprego tem se elevado. No caso das mulheres, as mais prejudicadas são as de baixa renda, sendo que a taxa de desemprego para tal segmento, tem sido muito maior do que para as mulheres de classe média alta.

Ora, diante de toda essa ofensiva desumana contra os trabalhadores, é de se esperar o enfraquecimento do movimento sindical e a diminuição do número de operários. No entanto, é necessário não procedermos por dedução. A diminuição da classe operária – devido ao desenvolvimento das forças produtivas – não é o mesmo que o “fim do trabalho”, ou “a morte do sujeito revolucionário”. Tais idéias são postuladas devido ao fato de que as propostas mais consequentes de superação do capital tenham posto o proletariado como a única classe capaz de promovê-la (NETTO e BRAZ, 2006). É preciso, desse modo, que seja repensado o protagonismo político da classe proletária, visto que no século XX, surgiram movimentos sociais que não são integráveis aos interesses do capital, mas que se constituem de “questão única”, ou seja, não veem no trabalho o grande antagonista do capital, e muitas vezes dele se afasta, como fizeram os socialistas europeus que se transferiram do socialismo para o “movimento verde”. “Assim, nenhuma ‘questão única’ pode, realisticamente, ser considerada a ‘única questão’” (MÉSZÁROS, 2002:95). Dessa forma, a ofensiva contra o capital deverá se dar na articulação política das diversas questões não-integráveis, todavia, o trabalho continua sendo o grande antagonista e protagonista, visto que é responsável pela relação *ontológica* entre a humanidade e a natureza, que tem sido historicamente deturpada em função da inversão que visa a eternização do capital, como metabolismo social correspondente à “essência humana”.

Nesse sentido, o metabolismo social do capital inviabiliza a generalização do controle sobre a produção, tendo em vista o imperativo em busca do aumento da acumulação, o que nos dias de hoje tem levado a *incontrolabilidade total*, em que o sociometabolismo do capital se torna globalizado. Os defeitos estruturais do sistema do capital ganham contornos claros:

“Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos. Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a *produção* e o *consumo* adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o ‘excesso de consumo’ mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas. E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja *capaz* de penetrar – porque *tem de penetrar* – no domínio da *circulação global* (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a *circulação como empreendimento global* de suas próprias unidades *internamente*

*fragmentadas*), na tentativa de superar a contradição entre *produção* e *circulação*. Dessa forma, a necessidade de *dominação* e *subordinação* prevalece, não apenas *no interior* de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das ‘personificações do capital’ – mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global” (MÉSZÁROS, 2002:105) grifos do autor.

Assim, segundo Mézáros (2002:98-9), controle e produção são atividades desempenhadas por classes sociais e grupos sociais com funções sociais antagonicamente distintas para ordem do capital, e o consumo não tem como critério a necessidade, e sim, a efetivação real do valor de troca. Portanto, não há possibilidade (ontológica) alguma de se “humanizar” tal metabolismo social.

## O TRABALHO: A LUTA PELO TEMPO LIVRE E AS *POTENCIALIDADES* DAS POLÍTICAS DE LAZER

Para o capital o único tempo existente é o *tempo de trabalho explorável*, o que impede que seja vista com certa clareza a relação dialética entre o tempo de vida dos indivíduos e o tempo histórico, como também, que conforme a humanidade se afastou das barreiras naturais (LUKÁCS, 2007:237-8) possibilitou que o homem fosse retirado da sua brutalidade e passasse a fazer escolhas genuínas, noutras palavras, o que possibilitou tal processo foi o acúmulo de trabalho humano, em que cada vez mais o tempo necessário dispensado para suprir as necessidades diminui. No entanto, tais potencialidades positivas são apropriadas pelo metabolismo do capital na sua saga acumulativa e expansiva. Desse modo, o sistema sociorreprodutor do capital tem que tratar o tempo histórico como presente e imediato, fazendo com que os indivíduos não diferenciem tempo individual de tempo histórico, podendo assim generalizar “infinitamente” as relações mais imediatas e fundadas numa espécie de *contravalor* – as potencialidades individuais que impedem o desenvolvimento do que a humanidade acumulou de potencialidades positivas. Isso faz com que o indivíduo não perceba sua relação - prática-interventiva pautada nas suas ligações com grupos e classes sociais – com o gênero (humanidade), e que veja o seu tempo de vida como o único. Tanto do ponto de vista do *valor* – o desenvolvimento individual relacionado dialeticamente ao progresso da humanidade – como do ponto de vista do *contravalor*, sempre há intervenção dos indivíduos, pois a humanidade não se faz por ela mesma. Assim a afirmação e negação do *valor* são centrais para o autodesenvolvimento da humanidade (MÉSZÁROS, 2007). A afirmação do *valor* nos dias de hoje, desse modo, passa a depender estruturalmente do *tempo livre* disponível. Noutras palavras, a criação de *tempo livre* tem sido cada vez maior, na medida em que o homem produz as condições para que as necessidades sejam supridas com dispêndio de tempo de trabalho *necessário* sempre menor, colocando sempre na ordem do dia a noção basilar de economia. Não

obstante, na ordem do capital tal planejamento abrangente não é possível, tendo em vista a necessidade de quantificar em valor de troca o tempo social.

É nesse contexto, que a discussão sobre as possibilidades do *tempo livre* disponível ganha, ao nosso ver, uma exponencial importância, uma vez que o único tempo considerado pelo capital é o *tempo de trabalho explorável*, e faz com que o metabolismo social do capital se torne cada vez mais anti-histórico, visto que considerar a história é notar que as necessidades são históricas, como também, a capacidade humana de atendê-las, e que o estágio alcançado pela ciência e tecnologia torna a exploração pelo tempo de trabalho um anacronismo histórico (MÉSZÁROS, 2007:25).

Marx (cf. MANDEL, 1968:108-9) nos Grundrisse de alguma forma já apontava para isso: “...toda a economia se dissolve em última análise numa economia de tempo...”, e isso serve tanto para as sociedades de classes como para as que já regularam coletivamente a sua produção. Não obstante, existe uma diferença na questão da economia de tempo para as medidas dos valores de troca pelo tempo de trabalho, uma vez que há diferenças quantitativas e qualitativas de um tipo de trabalho para outro, o que acaba gerando – no modo de produção capitalista – uma equivalência na qualidade do trabalho, prevalecendo a quantidade, tornando a atividade responsável pelo metabolismo orgânico entre homem e natureza, que funda a sociabilidade, isto é, o trabalho enquanto dado ontológico do homem, num tipo de trabalho *abstrato*, que vai perdendo sua qualidade singular.

O problema fundamental da economia de tempo de trabalho, segundo Mandel (1968), é a questão do *tempo de trabalho necessário* e *tempo de trabalho excedente* (supérfluo), ou seja, para Marx o desenvolvimento da riqueza se baseia na criação do *tempo livre* disponível (trabalho superfluo), o qual nas sociedades pré-capitalistas era trocado ou considerado medida de troca – o excedente da produção de valor de uso não consumido era trocado, mas a produção não era orientada para essa lógica – no entanto, no modo de produção capitalista a existência do tempo de trabalho necessário é condicionada pela criação de tempo de trabalho superfluo, o que gera consequências como a criação de um exército de reserva industrial, que é superfluo e garante o aumento do trabalho superfluo dos operários empregados, ou seja, aumento de mais-valia. Por conseguinte, surge um outro aspecto do trabalho superfluo, a saber, a fonte de riqueza e de gozo do ponto de vista do desenvolvimento dos indivíduos, porém no início fica restrito a uma parte da sociedade, ou seja, o que é fonte de riqueza e de gozo para uns é fonte de trabalho explorado e forçado para outros.

Desse modo, Marx (cf. *Ibidem*) vê no desenvolvimento das forças produtivas as possibilidades do aumento de *tempo livre* disponível, todavia, o *tempo livre* disponível destinado à humanidade conseguido pelas forças produtivas é usurpado pelo sistema do capital. Com o desenvolvimento do capital fixo (trabalho morto) o nível da riqueza social se torna perceptível. Noutras palavras, o capital circulante é condição para o capital fixo, como o tempo de trabalho necessário é condição para o tempo de trabalho superfluo (MANDEL, 1968:111-2). Quanto mais o capital fixo avança a produção tende a necessitar menos do trabalho humano, o que leva Marx a considerar as possibilidades de automação e da rica promessa imanente para uma sociedade comunista. Todavia, quanto mais a produção imediata da riqueza social se emancipa do tempo de trabalho necessário, tanto mais sua produção é subordinada à apropriação privada do tempo de trabalho superfluo, ao passo que sem tal medida a valorização do capital é impossível (MANDEL, 1968:112, MÉSZÁROS, 2002 e 2007).

Seguindo o raciocínio acima, Mézáros (2002:672-4) nos alerta para a “...contradição potencialmente mais explosiva do capital”, a saber, o trabalho não só

como fator de produção no que diz respeito à força de trabalho, mas também como massa consumidora vital ao ciclo ordinário da reprodução do capital e da geração de mais-valia. A questão central da contradição, é que o capital necessita de uma massa de consumidores sempre crescente, porém, a sua utilização de trabalho vivo com vistas à expansão ilimitada é decrescente. Dessa maneira, com a diminuição do tempo de trabalho necessário e aumento do tempo de trabalho supérfluo, do ponto de vista do trabalho temos a possibilidade de utilização criativa do *tempo livre* disponível (cf. MÉSZÁROS, 2002:668), mas, do ponto de vista do capital o *tempo livre* disponível é visto como possibilidade de expansão, o que traz à tona uma contradição ineliminável, uma vez que com o surgimento do desemprego em massa (taxa de utilização decrescente de trabalho vivo), o consumo fica prejudicado.

Segundo Mézáros (2002) no metabolismo social do capital o lazer e o trabalho *abstrato* são pseudo-contrários, uma vez que o capital tornou o primeiro uma mercadoria que possibilita de forma fetichista a fuga do trabalho alienado (para a alienação em boa parte das atividades de lazer), visto que o *tempo livre* disponível não faz sentido para o capital e deve ser convertido em lazer ocioso (Idem, 2007:44). Corroborando com Mézáros, Mascarenhas (2005, 2007), nota a transição da subsunção formal para subsunção real do lazer ao capital.

“Se antes o lazer se caracterizava como um *antivalor* ou uma *antimercadoria*, tratado como direito e alçado ao conjunto das políticas sociais como parte integrante da estratégia de financiamento público da reprodução da força de trabalho, além de incrementar a produtividade e preservar o salário para o consumo em massa de bens duráveis, tal fenômeno assume agora uma posição muito mais de *subordinação real* do que de *subordinação formal* ao capital. Seus antigos atributos ou valores de uso sociais, dentre os quais se pode citar o *descanso*, a *diversão* ou o *desenvolvimento*, atrelados ou não a propósitos de cunho *romântico*, *moralista*, *utilitarista* ou *compensatório*, valem muito pouco no atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em larga medida, cederam espaço ao *mercolazer*, do qual não se espera muito mais que a simples realização de um valor de troca, o salto perigoso em direção ao equivalente geral, momento final do giro do capital em que se resgata a *mais-valia* e se conferem os lucros, objetivo essencial e primeiro da heterogênea indústria do lazer” (MASCARENHAS, 2007:29-30) grifos do autor.

A generalização do *mercolazer*, além de contribuir para a acumulação expansiva do capital, conformar personalidades imediatistas e hedonísticas, tem seus rebatimentos nas políticas sociais, pois se casa o imperativo do capital com sua ordenação ideopolítica neoliberal, gerando um desatendimento dos *de baixo*, uma vez que estes devem ir ao mercado para serem atendidos. Desse modo, temos a partir de um movimento mais amplo, um outro padrão de intervenção social, a filantropização do lazer (cf. MASCARENHAS, 2007) em que os *despossuídos* viram questão de caridade

no âmbito do “terceiro setor”.<sup>5</sup> Surge, então, toda uma panacéia em torno do lazer, em que o foco central se dá na violência e no crime, como se estas fossem culpa dos *de baixo* tão-somente, que seriam potencialmente violentos e criminosos<sup>6</sup>.

Para nós esta claro que o lazer só pode contribuir para o enriquecimento do *tempo livre* disponível de cada indivíduo e da sociedade, se for tratado numa perspectiva distinta da do mercado e da filantropia, uma vez que a primeira restringe o acesso aos que possuem condições de consumir, além de fetichizar o lazer, de torná-lo imediatista e hedonista em demasia. A segunda, somente em casos de exceção desenvolve uma perspectiva de lazer criativo e crítico, pois em geral é uma reprodução das atividades que ocorrem no esporte e na indústria cultural.

Desse modo, conforme notamos em outra ocasião (DAMASCENO e HÚNGARO, 2007) um dos caminhos é a luta por políticas sociais de lazer, visto que na atual conjuntura os direitos sociais tem sido severamente atacados. Temos um esboço disso na preocupação com o lazer demonstrado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) – tendo Lino Castellani Filho como secretário no primeiro governo Lula, e atualmente Rejane Penna Rodrigues – que iniciaram uma implementação num movimento contracorrente do mercado e do terceiro setor<sup>7</sup> (cf. CASTELLANI FILHO, 2007 e MASCARENHAS, 2007).

“Pois foi com a consciente e explícita intenção de reverter a lógica encontrada que o Programa Esporte e Lazer da Cidade, partindo do reconhecimento do *lazer* como *direito social* – o que faz dele questão de Estado - , buscou expressar a vontade política de dar à ação governamental o sentido e a direção da materialização do direito social aludido, oferecendo respostas à necessidade social por *política de lazer* apoiado no projeto histórico de *emancipação humana*” (CASTELLANI FILHO, 2007:7) grifos do autor.

Embora as concepções políticas defendidas pela SNDEL, guardassem estreita relação com o que se convencionou chamar de democracia participativa, numa proposição que suscita o esporte e o lazer como sendo o *da* cidade, preocupando-se em estimular a participação, valorizar as práticas sociais e manifestações culturais das mais variadas composições culturais espalhadas pelo país, tal processo anda um tanto quanto lento<sup>8</sup>, sem cor e sem movimento de massa.

<sup>5</sup> Ver para uma análise geral: MONTANO, C. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Editora Cortez, 2002. No caso específico do esporte e do lazer, ver: OLIVEIRA, B. A. e HÚNGARO, E. M. O crescimento do “terceiro setor” no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife : CBCE, 2007.**

<sup>6</sup> Ver: PACHECO, R. T. B. A escola pública e o lazer: impasses e perspectivas. In: PADILHA, V. (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 173-212.

<sup>7</sup> Embora na atual gestão o “terceiro setor” esteja ganhando espaço. Ver os dois volumes de: BRINCAR, JOGAR, VIVER. **Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Jan. 2007.

<sup>8</sup> A partir da publicação dos dois volumes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) em 2007, é possível notarmos em geral que: restringe-se a democracia a política que se constitui num fim em si mesmo, o que é contraditório para a defesa da diminuição dos quadros de desigualdade social; Fala-se em inclusão social, na lógica da participação, isto é, estando participando está incluído; Os relatos de

Acreditamos ser preciso a defesa das políticas sociais em geral, e em específico as de lazer, por ser uma possibilidade de democratização, e uma necessidade para a organização política dos *de baixo*. Todavia, vivemos num momento em que o protagonismo se deve muito mais àqueles envolvidos com as políticas – por cima, mesmo em nome dos *de baixo* – do que dos trabalhadores que carecem de tais práticas. É necessário detectarmos – e a hipótese é o impacto neoliberal – o que tem nos conduzido a uma espécie de interlúdio (da constituinte para cá) de protestos, contestações e reivindicações políticas, isto é, detectarmos qual o nível de envolvimento dos *de baixo* no que diz respeito a reivindicação por lazer, ao passo que é *fundamental e necessário*, perspectivarmos uma relação entre política parlamentar e política extraparlamentar, visando o protagonismo dos movimentos de massa, uma vez que o capital age nos dois âmbitos. Implica, então, a construção de um movimento de democratização que não se restrinja à formalidade pretensamente universal, mas que articule economia e política<sup>9</sup>. No nosso entender não basta a discussão de “gestão”, de “planejamentos” que se pretendam “descentralizados” e “participativos” e que defendam a “inclusão social”, sem nem mesmo discutirmos os impactos da política econômica e por consequência do sistema do capital no ordenamento político parlamentar e extraparlamentar. Para uma política social que visa ir além da formalidade jurídica e ir além das imposições modelares do mercado, é fundamental que se desenvolva processos de democratização (cf. NETTO, 1990, LOSURDO, 2004, COUTINHO, 2006, LUKÁCS, 2008) que não cinda economia e política, como também trabalho e lazer. Sem tal arranjo continuaremos no círculo perverso de políticas de lazer reprodutivistas, na perpetuação do senso comum em torno das práticas de lazer, e na perda de espaço para apontar a perspectiva do *tempo livre* como contrária a lógica do capital.

Dessa forma, devemos lembrar o que segundo Mészáros (2009) era muito caro a Lukács, a idéia de “... que sem estratégia não se pode ter tática”<sup>10</sup> Dessa forma, entendemos que no *aqui e agora*, numa perspectiva *tática*, é fundamental que lutemos pela constituição de políticas de lazer que levem em conta os demais direitos sociais e as necessárias articulações.

Por outro lado, não podemos perder de vista o horizonte histórico ou a *estratégia*, que no nosso entender necessariamente é a superação do sistema do capital, em que o *tempo livre* disponível das pessoas e a promessa de felicidade, tanto no sentido histórico que permite notar o quanto a humanidade saltou qualitativamente (forças produtivas), como no sentido de sua riqueza para a apropriação crítica da cultura –

---

experiências, com algumas exceções, indicam um certo reprodutivismo *animado*. A criatividade é em-si-mesmada, pois está muito mais relacionada à resolução de problemas. Veja (p.37-9 v. 2) as características necessárias para um agente do programa. Entre elas ser *criativo* e ter um *ideal*; Nos parece que o mote do PELC tem sido o da *animação* no sentido imediato, que pouco contribui, do ponto de vista político, para o enriquecimento do *tempo livre*. É notável a sua capilarização em lugares dantes pensados, todavia ainda incipiente.

<sup>9</sup> Mészáros (2002:106 et seq.) nota que nunca na história da humanidade a economia esteve tão mediada com a política. Diz ele que o Estado moderno passou por várias modificações devido a sua relação estrutural com o capital, pois na medida em que este entra em crise os nexos políticos são notados. Na ordem atual os defeitos estruturais do capital, a saber, a separação entre controle e produção, da produção e consumo e da produção e circulação, se perpetuam e se alimentam, segundo o autor, devido a ajuda e intervenção estatal. Noutras palavras, o capital necessita de ordenamentos políticos para a sua sobrevivência, mas não só é evidente. Isso explica o estrago realizado pelo neoliberalismo em relação ao *Welfare state* e o seu esboço inicial no Brasil.

<sup>10</sup>

[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=http://www.rodaviva.fapesp.br/=15619](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=http://www.rodaviva.fapesp.br/=15619) . Acessado em 29/03/09.

numa dialética entre o singular, o particular e o universal – sejam os fins últimos. Para tanto é fundamental a constituição social de uma ordenação política e administrativa que parta e se desenvolva com a economia – no seu sentido basilar – para que se possa estabelecer um planejamento abrangente.

Como tentamos esboçar acima não é possível vislumbrarmos o *reino da liberdade* nos marcos do sóciometabolismo do capital. Mas, é necessário pensarmos formas de miná-lo, pois o seu planejamento de curto prazo não dá possibilidades para um uso do tempo social de forma que contribua para o autodesenvolvimento individual e social. O horizonte estratégico é a luta pelo socialismo, em que o planejamento do uso do tempo social seja abrangente, voltado para a produção do que é necessário (levando em conta os dias de hoje!) e a criação cada vez maior de *tempo livre*, para que o *reino da liberdade* se concretize, mas não um reino das vontades individuais, e sim, da exploração positiva da genericidade humana.

Para isso somente podemos partir do real, e o real, no nosso caso, é o lazer, não é o ócio grego ou o ócio criativo (cf. MASCARENHAS, 2006).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BRAZ, M. e NETTO, J. P. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRINCAR, JOGAR, VIVER. Programa Esporte e Lazer da Cidade. Vol. 2, n. 1, Jan. 2007.
- CASTELLANI FILHO, L. Projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, L. (Org.). Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- COUTINHO, C. N. Intervenções: o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.
- DAMASCENO, L. G. e HÚNGARO, E. D. Excurso acerca da construção dos direitos no Brasil: pressupostos para a questão do direito ao lazer. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife : CBCE, 2007.
- DREIFUSS, R. A. A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- LOSURDO, D. Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: \_\_\_\_\_. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MANDEL, Ernest. A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MASCARENHAS, F. Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, V. Dialética do Lazer. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO, L. (Org.). Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, J. P. Notas sobre democracia e transição socialista. In: Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

Mestrando em Educação Física na FEF-UNICAMP. Professor da Faculdade de Educação Física da USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul e da Rede Municipal de Ensino de São Paulo - PMSP. Pesquisador do Observatório de Políticas Sociais de Esporte e Lazer do Grande ABC-USCS e membro do Observatório do Esporte-UNICAMP.

Endereço do autor:

Av. Rotary, 680, apto. 74, Ed. Vivere. VI. das Bandeiras, Guarulhos-SP

CEP: 07042-000. Endereço eletrônico: [luciano\\_gd@hotmail.com](mailto:luciano_gd@hotmail.com)

Recursos para apresentação: datashow